

Religião e política em Espanha: os novos contornos da clivagem religiosa**

Pretendo discutir neste artigo as relações entre religião e política em Espanha através das preferências ideológicas e eleitorais dos cidadãos. Como noutros aspectos, as mudanças sociais e políticas das últimas décadas acabaram por incorporar essas relações segundo padrões europeus. Mas o caso espanhol apresenta duas características diferenciais. A primeira radica numa acidentada evolução histórica que arranca da dependência estatal da Igreja em finais do século XIX, passa pelos polarizados conflitos religiosos da II República e chega ao predomínio do *nacional-catolicismo* durante o regime autoritário de Franco. Instalada já na transição democrática, a segunda característica consiste na sobreposição de dois processos da máxima importância, os quais tiveram lugar, além disso, num curto espaço de tempo. Esses processos implicaram, por um lado, a extraordinária magnitude das transformações do catolicismo espanhol nos anos 70 e, por outro, a mais discreta, mas não menos notável, evolução das preferências eleitorais dos católicos espanhóis desde o princípio dos anos 80.

Na recente democracia espanhola, o desenvolvimento das novas relações entre religião e política foi tornado possível pela combinação entre as estratégias das elites políticas e as mudanças sociais que se inscrevem sob o

* Universidade Autónoma de Madrid e Centro de Estudos Avançados em Ciências Sociais, Instituto Juan March.

** Uma versão mais ampla deste artigo foi apresentada no *workshop* sobre *Religion and mass electoral behaviour in Europe*, realizado em Berna (Suíça) em Março de 1997, no âmbito das sessões do European Consortium for Political Research (ECPR). Devo agradecer os valiosos comentários dos assistentes do referido *workshop*, assim como os de Nikiforos Diamandouros, Stathis Kalyvas e Paolo Segatti. Quero também expressar a minha gratidão a Justin Byrne e Mariano Torcal pela sua ajuda, ao Centro de Estudos Avançados em Ciências Sociais, do Instituto Juan March, pelas suas instalações, e à Comissão Interministerial de Ciência e Tecnologia (CICYT) pelo seu generoso financiamento.

termo *secularização*. Ambos os factores contribuíram para criar um *clima religioso* até então desconhecido, presidido pela decisão de evitar conflitos e caracterizado por um crescente pluralismo nas distribuições ideológicas e preferências partidárias dos grupos religiosos. Os níveis de consenso e secularização alcançados pelos Espanhóis tornam já sumamente improváveis os confrontos por motivos religiosos: a religião deixou de surgir como um elemento fundamentalmente divisor ou polarizador. A religião continua a ser um factor relevante para a decisão de voto, mas a sua influência perdeu em extensão (pelo menor número de votantes afectados) e em intensidade (pela sua menor incidência sobre os votantes). Os eleitorados dos diferentes partidos diferenciam-se naturalmente em função da sua religiosidade, mas a clivagem religiosa enfraqueceu. Apesar de não existir em Espanha um partido democrata-cristão, os conservadores, que contam com um eleitorado mais religioso, tiveram de adaptar-se a condições de concorrência eleitoral cada vez mais secularizadas. Como em muitos outros países europeus, a religião ocupa, assim, um lugar secundário entre os diferentes factores explicativos do comportamento eleitoral dos Espanhóis. Vive-se neste momento a última etapa de uma acelerada transformação, à qual a hierarquia eclesiástica tem por hábito responder com doses variáveis de desconcerto e irritação. Mas os seus resultados são já dificilmente reversíveis.

A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA COMO PONTO DE PARTIDA

Durante a transição, muitos observadores políticos expressaram os seus receios de uma possível revitalização da clivagem religiosa. Esses receios fundamentavam-se na ampla tradição histórica de intervencionismo da Igreja e no seu apoio à prolongada ditadura franquista. De facto, os motivos religiosos estão por detrás de grande parte dos conflitos políticos que a Espanha conheceu no seu passado recente. Como Linz (1993, p. 1) sublinhou, «a história da religião e da política em Espanha no último século está, como a história do país, cheia de acontecimentos dramáticos». Muitos deles cristalizaram-se nos anos 30, durante a breve experiência democrática da II República. Os conflitos religiosos facilitaram a mobilização dos católicos contra a República e a formação da Confederação Espanhola de Direitas Autónomas (CEDA), um partido confessional que em muito pouco tempo conseguiu converter-se no principal bastião dos votantes conservadores e dos interesses católicos. O próprio sistema partidário sofreu profundamente o soblapamento da clivagem religiosa com os restantes conflitos sociais, regionais e políticos. O sistema de partidos exemplificou quase à perfeição o modelo do pluralismo polarizado, com partidos relevantes nos extremos, competição centrífuga e oposição irresponsável (Sartori, 1976, pp. 131 e segs.): os partidos

católicos desempenharam um papel essencial neste resultado, que contribuiu também para a queda da II República (Linz, 1978; Montero, 1977). E, pouco depois, a Igreja apoiou decisivamente a facção franquista, mediante a sua defesa da guerra civil como uma *cruzada* contra os inimigos da religião e a sua legitimação, durante cerca de quarenta anos, do regime autoritário segundo o esquema do denominado *nacional-catolicismo* (Botti, 1992).

Com estes antecedentes, não parecia exagerado reear que os conflitos religiosos voltassem a ressurgir com o reatar da vida democrática. Em primeiro lugar, os actores políticos tiveram de enfrentar um processo constituinte no qual deviam adoptar-se numerosas decisões difíceis sobre temas tão relevantes como as relações Igreja-Estado, a regulação da educação, a aprovação do divórcio e o tratamento da questão do aborto. Além disso, os eleitores espanhóis revelavam uma vincada divisão nas suas opiniões sobre estes temas religiosos, uma marcada polarização nos seus sentimentos para com a Igreja e uma intensa relação entre identificação religiosa e opiniões políticas. É certo, como veremos à frente, que no interior dos principais partidos rivais [União do Centro Democrático (UCD), o partido no governo, e Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE)] se produzia uma certa heterogeneidade religiosa, derivada das suas estratégias *catch-all* e dos seus êxitos eleitorais, mas os perfis religiosos dos seus votantes mostravam claras diferenças interpartidárias (Sani, 1981). E, como se isso não fosse já o bastante, os dois principais partidos de esquerda [o PSOE e o Partido Comunista de Espanha (PCE)] travaram diferentes confrontos com os dois partidos conservadores [UCD e Aliança Popular (AP)] sobre regulações específicas destas questões religiosas nos momentos iniciais do processo constituinte. Em consequência, a reactivação do conflito religioso parecia depender simplesmente de que certos líderes políticos ou religiosos medianamente irresponsáveis radicalizassem as diferenças anteriores, politizassem as identidades católicas ou as suas rivais e mobilizassem os sectores afectados: esta tática permitir-lhes-ia incrementar as suas possibilidades de êxito para o estabelecimento de relações duradouras com os seus votantes.

Apesar de tudo isto, o potencial de polarização da clivagem religiosa não chegou a desenvolver-se. Este resultado surgiu do entrecruzar de três factores diferentes: em primeiro lugar, as mudanças experimentadas pela própria Igreja católica nos momentos finais da ditadura franquista; depois, as estratégias dos líderes políticos e religiosos nos momentos cruciais da transição democrática; finalmente, as consequências do processo de secularização vivido pelos Espanhóis. As primeiras manifestações desta secularização coincidiram com os efeitos do Concílio Vaticano II, que levaram sectores relevantes da hierarquia a reformular o papel da Igreja no regime autoritário. Durante a última década do franquismo, muitos espanhóis começaram a sentir as mudanças sociais ligadas ao desenvolvimento económico, o incre-

mento dos serviços, a mobilidade social, a expansão dos níveis educativos, o deslocamento maciço para as cidades e a difusão de modelos culturais e valorativos modernos. Uma das suas consequências afectou plenamente a esfera religiosa. Estas mudanças impulsionaram processos de afastamento da Igreja enquanto instituição, de perda de força das crenças religiosas e de diminuição das práticas religiosas: eram sintomas evidentes de uma certa secularização, entendida como laicização político-cultural e individualização das consciências. Ao mesmo tempo, a Igreja reviu as suas posições em relação à ditadura. No início da década de 70, uma assembleia conjunta de bispos e sacerdotes chegou a discutir (ainda que não a aprovar) uma resolução na qual se pedia perdão pelo papel da Igreja durante a guerra civil e o franquismo. E, enquanto os sectores mais jovens do clero se integravam em organizações clandestinas antifranquistas, alguns membros da hierarquia religiosa protagonizavam confrontos com as autoridades do regime autoritário (Enrique y Tarancón, 1996).

Durante a transição, as novas elites políticas incluíram os temas religiosos dentro da denominada *política de consenso*, adoptada como uma estratégia deliberada para evitar os confrontos sobre questões conflituosas; isto implicava que as diferenças existentes haveriam de solucionar-se mediante negociações interpartidárias, ou entre os partidos e os representantes da Igreja, e não mediante declarações públicas ou institucionais, e menos ainda durante as campanhas eleitorais (Gunther, 1992). Assim, as elites políticas recorreram aos procedimentos consensuais na redacção da Constituição, abordaram de forma pragmática a negociação das suas divergências com a Igreja e fizeram gala de moderação perante as esporádicas intervenções públicas da hierarquia eclesiástica. No plano organizativo, as elites políticas evitaram, além disso, a politização das identidades religiosas e o estabelecimento de laços formais com grupos religiosos. Por seu turno, a hierarquia eclesiástica apoiou claramente o processo democratizador, mostrou uma similar moderação no tratamento das suas divergências com os novos dirigentes políticos em relação a temas religiosos e recusou explicitamente vincular-se com os partidos que, nas eleições *fundacionais* de 1977, se apresentavam sob o rótulo de *democratas-cristãos*. Deste modo, todas as forças políticas conseguiram evitar que durante o processo constituinte o pêndulo oscilasse do *nacional-catolicismo* característico do regime franquista para a mera aparência de atitudes revanchistas de anticlericalismo: os líderes do PCE e do PSOE, por exemplo, dois partidos caracterizados nos anos 30 pelo seu intenso anticlericalismo, fizeram gala de atitudes moderadas, pragmáticas e dialogantes. E a hierarquia eclesiástica assumiu a mudança política, depurando a defesa intransigente dos direitos da Igreja, aceitando compromissos nem sempre fáceis e desidentificando-se com as passadas posturas de apoio à

ditadura. De modo definitivo, e segundo as palavras de Linz (1993, p. 31), todas as partes chegaram a acordo sobre uma política de *nunca mais*: desde então, as vozes discordantes do consenso alcançado não conseguiram alterar as relações entre o Estado e a Igreja nem polarizar os grupos religiosos.

ALGUNS INDICADORES DE RELIGIOSIDADE

Actualmente, a situação espanhola caracteriza-se por uma «secularização crescente da sociedade e persistência do religioso» (González Blasco *et al.*, 1993, p. 746). O contexto comum a ambos os elementos radica na hegemonia cultural do catolicismo. Nos finais dos anos 70, 9 em cada 10 espanhóis (à semelhança dos Irlandeses e dos Italianos) declaravam-se católicos (Stoetzel, 1982, p. 95). Quinze anos depois, 8 em cada 10 espanhóis continuavam a considerar-se católicos e ainda em proporção superior à dos países europeus, com a excepção dos Irlandeses, dos Portugueses e dos Italianos. Na *European Values Survey* de 1981, 63% dos espanhóis reconheciam-se como pessoas religiosas. Nos anos seguintes a situação não se alterou: à margem dos níveis de assistência à igreja, 66% consideravam-se religiosos, uma proporção unicamente superada, de novo, pelos 89% de Portugal, os 82% de Itália e os 71% da Irlanda (*Eurobarometer*, 42, p. 1995). Contudo, os processos de secularização matizaram aspectos substanciais destes auto-retratos genéricos: de acordo com algumas definições da secularização (Tschannem, 1991), ocorreu de facto um incremento da redução da significatividade social das instituições, acções e crenças religiosas, o distanciamento em relação às regras e símbolos de pertença a uma religião e a indiferença da cultura secular perante as manifestações e experiências religiosas. Deste modo, o tempo transcorrido desde a transição alterou decisivamente os termos de referência das divisões religiosas mediante o reforço dos perfis de uma sociedade moderna que combina a definição do seu catolicismo com um notável alheamento da ortodoxia católica. A passagem do tempo consolidou também o comportamento responsável e moderado da maior parte das elites, que evitaram sistematicamente os conflitos públicos sobre temas religiosos.

Existem numerosos indicadores empíricos que reflectem o alcance destas mudanças. Aqui seleccionarei apenas quatro: as percepções dos cidadãos sobre a sua própria religiosidade, os níveis de assistência à igreja, as opiniões a propósito do magistério eclesiástico em temas morais e os limites da *autonomia política* sobre as questões conflituosas. No que concerne às primeiras, as mudanças foram espectaculares. Como pode comprovar-se pelo gráfico n.º 1, em 1970, 2 em cada 3 espanhóis declaravam-se «muito bons

católicos» e «católicos praticantes»¹. Vinte anos depois, estes grupos viram-se reduzidos à sua terça parte, ao passo que metade se considerava «católica não praticante» *lato sensu* e a restante quinta parte se via como «indiferente» e, em muito menor medida, «ateia». (Os crentes de outras religiões mantiveram-se estáveis em torno de um mínimo de 1%.) Produziram-se dois importantes pontos de inflexão para quase todas as categorias. O primeiro localiza-se entre a morte do general Franco e a realização das eleições de 1977, altura em que o grupo dos católicos praticantes se viu praticamente reduzido a metade e o número de não praticantes e indiferentes quase duplicou. O segundo ponto situa-se depois das eleições de 1982, altura em que os católicos praticantes voltaram a sofrer uma redução e os não praticantes e indiferentes continuaram em expansão, se bem que a um ritmo menor. É evidente que ambos os movimentos se relacionam, por um lado, com a descoberta colectiva da liberdade, o que para muitos espanhóis implicou um considerável realinhamento em matéria de atitudes, e, por outro, com o clima de opinião auspiciado pela chegada do PSOE ao governo. Desde meados dos anos 80, os níveis de religiosidade parecem encontrar-se basicamente estabilizados. À semelhança de outras sociedades europeias, a espanhola acabou, assim, por dividir-se em três grandes grupos: o dos muito religiosos, que podem ser, além disso, praticantes; o dos católicos que observam uma prática irregular e/ou uma certa relutância em aceitar os preceitos básicos da Igreja; o dos indiferentes, que não se sentem vinculados ou que recusam a experiência religiosa.

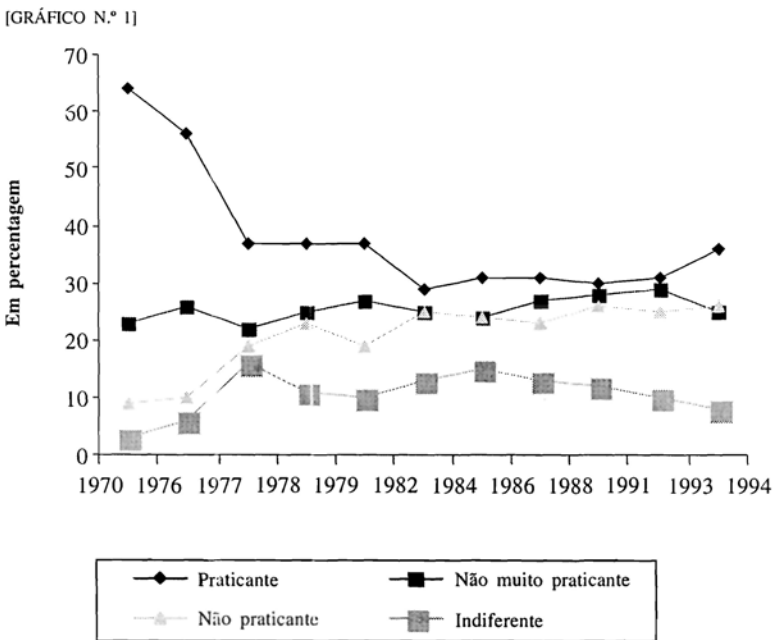
A evolução seguida pelo segundo indicador, relativo aos níveis de assistência à igreja, revela-se similar. De facto, está estreitamente associado ao anterior² e revela igualmente um declínio considerável dos aspectos institucionais e rituais da religião. Como já se disse, se a Espanha continua a ser

¹ Trata-se das respostas à pergunta de autodefinição dos entrevistados, formulada do seguinte modo: «Em matéria de religião, considera-se muito bom católico, católico praticante, católico não muito praticante, católico não praticante, indiferente, ateu ou crente de outra religião?»

² De acordo com os dados do inquérito realizado pelo Centro de Investigações Sociológicas (CIS) em Junho de 1994 (a uma amostra nacional representativa de 2490 espanhóis maiores de idade), o coeficiente de correlação entre ambos os indicadores era de 0,722. Os coeficientes são também elevados no que diz respeito a outros indicadores similares. Por exemplo, a correlação do indicador de assistência à igreja com o da definição do entrevistado como pessoa religiosa alcançava um coeficiente de 0,546 e de 0,547 com o da importância que concede a Deus na sua vida; a correlação destes dois últimos indicadores com o anteriormente examinado da autodefinição religiosa evidenciava até coeficientes superiores (0,702 e 0,678, respectivamente). Todos os coeficientes são significativos no nível de 0,01. Pode encontrar-se uma análise mais completa de correlações similares com base em dados das *European Values Survey* de 1981 e 1991, em Jagodzinski e Dobbeleare (1995a, 88-89).

um país eminentemente católico, deve precisar-se imediatamente que o é de católicos pouco praticantes (De Miguel, 1996, p. 238). Expressando-o em termos dicotómicos, 75% dos espanhóis reconheciam em 1973 assistirem à igreja uma vez por mês, todos ou quase todos os domingos ou mais de uma vez por semana; alguns anos depois, contudo, a proporção reduziu-se drasticamente para 29%. E, se há vinte anos só 23% admitiam que nunca assistiam à igreja ou que só o faziam algumas vezes por ano, em 1994 a percentagem alcança os 55%. Em comparação com outros países europeus, as taxas espanholas de assistência à igreja são, porém, em termos relativos, elevadas. Contudo, a par das da Bélgica e da Holanda, são aquelas que sofreram uma descida mais acentuada e num menor período de tempo (Jagodzinski e Dobbeleare, 1995a, p. 95). E, de forma similar à do indicador da autodefinição religiosa, os anos posteriores à transição foram decisivos na sua evolução: após a queda então produzida, os níveis mantiveram-se estáveis desde meados dos anos 80.

Evolução da religiosidade em Espanha, 1970-1994

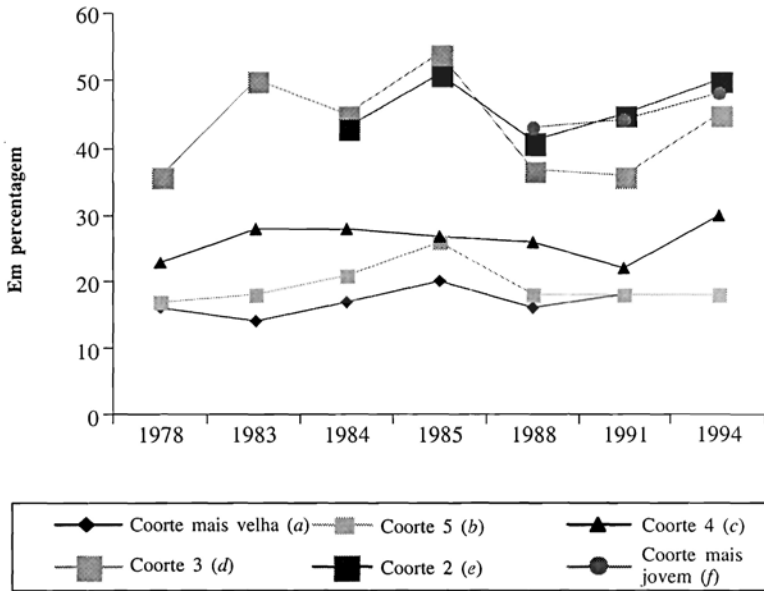


Fontes: Montero (1993, p. 180); para 1994, banco de dados do Centro de Investigações Sociológicas (CIS).

Mas esta estabilidade esconde um processo de mudança extremamente importante. Para o comprovar é necessário recorrer à denominada análise geracional, que procura determinar os distintos tipos de mudança que afectam cada uma das gerações ou coortes ao longo do tempo e com respeito a uma dimensão específica³. Os resultados desta análise estão contidos no gráfico n.º 2, que recolhe as proporções daqueles que declaram nunca assis-

Mudanças geracionais e níveis de inassistência à igreja, 1970-1994

[GRÁFICO N.º 2]



(a) Nascidos antes de 1922; (b) nascidos entre 1923 e 1937; (c) nascidos entre 1938 e 1952; (d) nascidos entre 1953 e 1962; (e) nascidos entre 1963 e 1967; (f) nascidos depois de 1968.

Fonte: Torcal (1995, p. 165).

tirem à igreja para seis gerações de espanhóis durante os últimos quinze anos. É necessário assinalar dois tipos de mudanças. O mais importante é o geracional. O efeito coorte está patente tanto nas escassas diferenças que

³ As mudanças costumam ser de três tipos: as de idade reflectem as ocorridas em consequência do envelhecimento de uma geração ao longo do seu ciclo vital; as de período referem-se às mudanças que afectam o conjunto da população em momentos históricos assinalados; as de coorte reflectem as mudanças que surgem pela mão de novas gerações e que se mantêm ao longo do ciclo vital das mesmas, diferenciando-as das restantes gerações.

manifestam entre si as três coortes mais velhas e as três mais jovens como, sobretudo, na distância que separa a terceira coorte da quarta. Deve ter-se em conta que a terceira coorte corresponde àqueles que nasceram entre os anos de 1938 e 1952 (e que chegaram à maioridade durante a fase de autarquia do franquismo) e que a quarta é a daqueles que nasceram durante a década de 50 (vivendo, assim, a fase de desenvolvimento económico e alcançando a maioridade na plena crise do franquismo e ao longo da fase de transição). Por conseguinte, as suas diferenças revelam plenamente o impacto do processo de secularização. E a continuidade dessas diferenças durante os anos seguintes sublinha o facto de que as mudanças não se devem simplesmente a fases de religiosidade características do ciclo vital dos indivíduos, mas sim a uma mudança geracional irreversível. De facto, as duas gerações seguintes observam exactamente o mesmo modelo. Em comparação com estas mudanças, aquelas produzidas pelo *efeito período* são muito menos relevantes. Tudo isto permite prever que os níveis de assistência à igreja continuarão, provavelmente, em descida no futuro, à medida que as velhas gerações forem desaparecendo e continuem sem serem substituídas pelas restantes⁴.

As mudanças na autodefinição religiosa e na assistência à igreja dos Espanhóis têm consequências relevantes sobre um terceiro conjunto de indicadores, ligado à relativa desvalorização do magistério da Igreja em questões de moral privada e moral pública. Dada a abundância de dados disponíveis, bastará apontar apenas os mais significativos⁵. Assim, esse distanciamento parece afectar uma proporção de entre cerca de metade a dois terços dos espanhóis, que se afirmam contrários aos modelos morais defendidos pela Igreja em temas como o das relações sexuais pré-matrimoniais, o da indissolubilidade do casamento ou o da proibição dos contraceptivos. O alheamento da Igreja produz-se até entre aqueles que se consideram católicos praticantes, sobretudo em matérias que os afectam pessoalmente. Desta forma, o caso espanhol também já faz parte, e num curto espaço de tempo, da lista de países europeus que experimentam um incremento do pluralismo religioso e étnico (Jagodzinski e Dobbelleare, 1995a). Além disso, a maior parte dos espanhóis, entre os quais se conta a maioria dos católicos praticantes, mantém uma concepção consideravelmente restringida do papel político e moralizante da Igreja. Desde os anos 80, 2 em cada 3 espanhóis apoiam a total independência entre a Igreja e o Estado e outros tantos reprovam a intervenção directa da Igreja em apoio dos candidatos ou partidos que melhor defendam os seus interesses e ideias, bem como a simples participação na política para moralizar a vida pública. E apenas 1 em cada 4 afirma que as pessoas devem ter em conta as suas crenças

⁴ Como foi já assinalado em numerosos estudos (por exemplo, em Orizo, 1996), a contínua diminuição dos níveis de assistência à igreja nas gerações mais jovens é compatível com o crescimento de uma certa religiosidade *interior*.

⁵ Para mais pormenores, v. Montero (1993), assim como os livros de González Blasco e González-Anleo (1992) e de Díaz-Salazar e Giner (1993).

religiosas no momento de votar, apenas 1 em cada 5 considera apropriado que a Igreja fale sobre a política do governo e apenas 1 em cada 6 reconhece que os mandamentos da Igreja têm influência sobre a sua opção política e o seu voto.

Este conjunto de opiniões parece evidenciar a perda do monopólio religioso ostentado até há alguns anos pela Igreja católica, acompanhada por um certo enfraquecimento do catolicismo como única matriz cultural da sociedade espanhola. A menor incidência da religião institucional sobre as orientações e as actividades dos cidadãos reforça a sua *autonomia política*. E o correspondente processo de individualização favorece a expressão de opções morais que se ajustam melhor às preferências próprias do que à obediência a mandamentos religiosos ou eclesásticos (Ester *et al.*, 1993). O último dos indicadores escolhidos, que se refere aos níveis de aprovação do aborto, é uma boa prova de tudo o que acabámos de dizer. Trata-se, obviamente, de uma questão que afecta em pleno as relações entre os católicos e a política e que conta ademais com pronunciamentos inequívocos por parte da hierarquia eclesiástica: daí que surja também como sumamente ilustrativa da autonomia para manter posições entendidas como *heterodoxas*. Em termos gerais, as atitudes favoráveis ao aborto têm vindo a aumentar progressivamente, até alcançarem 8 em cada 10 espanhóis, sobretudo depois da aprovação no Parlamento, em 1985, de uma lei que o despenaliza em determinadas circunstâncias. A partir de então os apoios a essa lei do aborto compreendem praticamente todos os votantes dos partidos de esquerda. Mas foram especialmente significativos nos sectores conservadores: em finais da década de 80, por exemplo, entre dois terços e metade dos votantes do conservador Partido Popular (PP) estavam de acordo com a autorização do aborto nos casos em que a saúde física ou mental da mãe está em risco, a sua vida corre perigo ou se saiba que a criança sofre de uma doença grave e incurável (Morán e Cantero, 1989, p. 84).

Esta evolução contém ainda, no entanto, um certo potencial de polarização. A hipotética introdução de um novo critério de despenalização — o de que a mera decisão da mãe basta para a autorização de um aborto — divide o eleitorado ao longo das linhas religiosas e partidárias. Mas a combinação entre a passagem do tempo e a secularização introduz matizes adicionais nos sectores tradicionalmente contrários ao aborto. Os dados de um inquérito pós-eleitoral de 1993, recolhidos no quadro n.º 1, são ilustrativos da divisão existente⁶. Sobre a base da religiosidade, a distribuição de opiniões segue uma lógica

⁶ O inquérito foi realizado pela DATA em Maio e Junho de 1993 a uma amostra representativa de 1400 espanhóis maiores de idade e foi financiada pela Comissão Interministerial de Ciência e Tecnologia (CICYT); para mais pormenores, v. Gunther e Montero (1994). No quadro n.º 1 pedia-se aos entrevistados que situassem uma das duas frases («O aborto deveria ser sempre considerado ilegal» e «O aborto deveria ser sempre considerado legal») sobre uma escala de 10 posições: a primeira coluna do quadro recolhe as posições de 1 a 4; a segunda, a posição 5; a terceira, as posições de 6 a 10.

rigorosamente monotónica. Mas convém não passar por cima dos 27% de católicos praticantes orientados para a legalização do aborto e, ainda que em menor medida, a quase quinta parte dos não praticantes para quem o aborto deveria ser considerado ilegal. Se se tiver em conta que ambos os grupos religiosos totalizam por volta de 60% dos espanhóis, ficam claramente delineadas as diferentes atitudes que coexistem, e com um certo grau de polarização, dentro do próprio universo católico: metade dos católicos praticantes considera que o aborto deveria ser ilegal, ao passo que outra metade dos não praticantes pensa o contrário. Por seu turno, as divisões partidárias oferecem um panorama similar. O eleitorado da Esquerda Unida (IU, uma coligação eleitoral dominada pelo PCE) continua a prestar o máximo apoio à causa da legalização do aborto: assim pensam 3 em cada 4 dos seus votantes. No outro extremo do espectro político, os votantes do PP manifestam uma notável divisão, dentro da qual é necessário destacar o crescimento relativo nos últimos anos daqueles que se pronunciam a favor da legalização do aborto. O eleitorado socialista reflecte em boa medida a própria divisão de opiniões da sociedade espanhola. No seu conjunto, esta distribuição de atitudes reforça novamente o alcance do processo secularizador, cuja importância avança paralelamente aos frequentes pronunciamentos de condenação por parte da Igreja.

**Concordância com a consideração legal ou ilegal do aborto,
segundo religiosidade e preferências eleitorais, 1993 (a)**
(em percentagens horizontais)

[QUADRO N.º 1]

	Aborto considerado ilegal	Posição intermédia	Aborto considerado legal	(n)	Média
Religiosidade					
Católicos praticantes (b)	52	20	27	(489)	4,1
Católicos pouco praticantes	28	26	45	(329)	5,8
Católicos não praticantes	18	24	56	(348)	6,8
Indiferentes	6	21	73	(148)	7,6
Ateus	3	14	81	(53)	8,7
Votos em 1993 (c)					
IU	9	13	75	(112)	8,0
PSOE	26	24	48	(488)	6,0
CDS	20	24	52	(25)	6,3
PP	47	21	31	(326)	4,5
Eleitorado	30	22	47	(1 400)	5,8

(a) As percentagens podem não somar 100 porque não se incluíram as não-respostas.

(b) Incluem-se os «muito bons católicos» e os «católicos praticantes».

(c) IU (Esquerda Unida, uma coligação dominada pelo Partido Comunista de Espanha, PCE); PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol); CDS (Centro Democrático e Social); PP (Partido Popular).

Fonte: Inquérito DATA, 1993.

OS PERFIS IDEOLÓGICOS DOS GRUPOS RELIGIOSOS

Apesar da presença dos fenómenos secularizadores, o factor religioso continua a ser importante para estruturar o mapa de atitudes e para orientar o comportamento político dos cidadãos. Ainda que careça já da força da *subcultura bianca* italiana das décadas de 40 e 50, por exemplo, a religiosidade subsiste sob a forma de orientações básicas, que operam, por sua vez, como esquemas de referência para a compreensão da realidade política. Numerosos estudos comprovaram a importância das relações entre religiosidade, ideologia e voto na maior parte dos países europeus (por exemplo, os de Sani e Sartori, 1983, Inglehart, 1991, pp. 339 e segs., e Hayes, 1995). O caso espanhol não é excepcional: também aqui a religiosidade surge estreitamente associada às orientações políticas e opções eleitorais. Em contrapartida, as associações entre religiosidade e classe social diminuíram notavelmente nos últimos anos, uma tendência que constitui uma das mudanças mais reveladoras da evolução do catolicismo espanhol (González Blasco e González-Anleo, 1992, p. 30). Isto reforça a ideia de que a religiosidade já não depende tanto dos sistemas de estratificação social como dos factores subculturais propiciados pela memória histórica, pela tradição política e pela socialização familiar.

O caso espanhol parece destacar-se pela força da associação entre religiosidade e ideologia, ressaltando, assim, um modelo pelo qual as pessoas mais religiosas tendem a situar-se sistematicamente na direita do espectro ideológico, e vice-versa. Em Espanha, as correlações entre ambas as variáveis parecem estar entre as mais fortes de um amplo grupo de democracias ocidentais, superiores até às da Holanda e da Itália⁷. E obteremos um resultado similar se recorrermos a análises multivariáveis que procurem apreciar a influência relativa de diferentes variáveis sobre a ideologia dos cidadãos (Montero e Torcal, 1992, pp. 78 e segs.). Esta incidência pode ser comprovada no quadro n.º 2⁸. Tanto em 1982 como em 1993, dois terços daqueles que se situam, numa escala esquerda-direita, nas posições de direita

⁷ V., por exemplo, McDonough *et al.* (1984), p. 662. Em 1982 o coeficiente de correlação entre a autodefinição de religiosidade dos entrevistados e a ideologia (medida através do seu autoposicionamento numa escala de dez posições) era de 0,4; em 1994, no inquérito do CIS citado *supra*, nota 2, este coeficiente tinha descido, mas alcançava ainda um relevante valor de 0,367. Também em 1994, os coeficientes de correlação da ideologia com outros indicadores de religiosidade eram similares: 0,372 com a assistência à igreja; 0,328 com a importância de Deus na vida do entrevistado; 0,315 com a sua consideração como pessoa religiosa. Todos os coeficientes são significativos no nível de 0,01.

⁸ O inquérito de 1982 foi realizado pela DATA no mês de Outubro, imediatamente depois das eleições legislativas, a uma amostra nacional representativa de 5463 espanhóis maiores de idade; para mais pormenores, v. Linz e Montero (1986). Para o inquérito de 1993, v., *supra*, nota 2.

autodefinem-se como católicos praticantes; pelo contrário, mais de metade daqueles que se colocam em posições de esquerda autodefinem-se como não praticantes, indiferentes ou ateus. Trata-se de uma situação de relativa assimetria que sublinha a capacidade de atracção da esquerda para o sector mais religioso e que possui importantes consequências para a expressão de preferências eleitorais. E revela, além disso, que essa capacidade do espaço ideológico da esquerda carece de contrapartida na direita: basta comparar os 17% de esquerdistas que em 1982 se consideram católicos praticantes com o esmagado 1% de conservadores que se dizem indiferentes, ou os 19% de esquerdistas praticantes de 1993 com os 5% de conservadores indiferentes. Entre essas duas datas, a diminuição relativa dos católicos praticantes (excepto na esquerda) e o incremento dos não praticantes nos três sectores ideológicos oferecem novas provas do processo de secularização.

Níveis de religiosidade segundo o autoposicionamento ideológico na escala de esquerda-direita, 1982 e 1993 (a)
(em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

	Esquerda		Centro		Direita	
	1982	1993	1982	1993	1982	1993
Católico praticante (b)	17	19	46	36	66	59
Pouco praticante	26	24	29	27	23	22
Não praticante	28	33	18	28	9	13
Indiferente	19	16	6	7	1	5
Ateu	9	7	-	1	-	-
(n)	(2 180)	(596)	(1 522)	(480)	(1 005)	(230)

(a) A escala esquerda-direita é de 1 a 10; as posições de *esquerda* correspondem às de 1 a 4; as de *centro*, de 5 e 6; as de *direita*, de 7 a 10. Excluiu-se a não-resposta da base das percentagens.

(b) Inclui os «muito bons católicos» e os «católicos praticantes».

Fontes: Inquéritos DATA, 1982 e 1993.

Esta evolução foi compatível com uma certa despolarização dos sectores ideológicos sob o ponto de vista religioso. Como pode observar-se no quadro n.º 3, em todos os espaços ideológicos os índices de religiosidade⁹ conheceram modificações de conteúdo despolarizador, ou seja, os espaços de esquerda tornaram-se menos seculares e os centristas e conservadores menos re-

⁹ O índice de religiosidade foi calculado atribuindo-se um valor de 5 aos «muito bons católicos», de 4 aos «católicos praticantes», de 3 aos «católicos não muito praticantes», de 2 aos «católicos não praticantes» e de 1 aos «indiferentes» e aos «ateus».

ligiosos. Os efeitos da secularização facilitaram, assim, uma compatibilidade crescente entre sentir-se esquerdista e autodefinir-se como católico e reduziram, por outro lado, a elevada religiosidade daqueles que se caracterizavam como conservadores e católicos. Trata-se, por outro lado, de uma adaptação lógica dos cidadãos às percepções maioritárias sobre a diminuição da conflituosidade religiosa, latente ou real, e sobre as posições dos principais partidos em relação aos temas religiosos, católicos e/ou eclesiásticos.

Índices de religiosidade dos espaços ideológicos, 1979-1993

[QUADRO N.º 3]

Espaços ideológicos	1979	1982	1993
Esquerda	1,88	1,93	2,21
Centro-esquerda.	2,4	2,49	2,52
Centro.	3,4	3,24	2,97
Centro-direita.	3,62	3,67	3,36
Direita	3,98	3,93	3,71
<i>Ratio</i> direita-esquerda	2,1	2,03	1,68

* A *esquerda* agrupa as posições 1 e 2; o *centro-esquerda*, 3 e 4; o *centro*, 5 e 6; o *centro-direita*, 7 e 8; a *direita*, 9 e 10.

Fontes: Inquéritos DATA, 1979, 1982 e 1993.

Finalmente, cada um dos grupos religiosos contém também uma expressão inequívoca das estreitas relações existentes entre ideologia e religiosidade. De forma sistemática desde 1978, aqueles que se identificaram com a máxima religiosidade colocaram-se também nas posições mais conservadoras do contínuo ideológico; a descida no nível de religiosidade implicou sempre um deslocamento monotónico em direcção à esquerda. De todas as formas, a distribuição ideológica dos diferentes grupos religiosos volta a revelar-se assimétrica: a inclinação geral do eleitorado espanhol para a esquerda e os processos de secularização favoreceram uma considerável presença de indivíduos identificados com a esquerda entre os católicos praticantes, uma presença que carece da equivalência conservadora nos sectores indiferentes ou ateus. Esta característica viu-se até reforçada na década de 90. Actualmente, os espanhóis de esquerda aumentaram entre os católicos praticantes e os não muito praticantes; no entanto, os conservadores mantiveram os mesmos níveis entre os não praticantes, os indiferentes e os ateus. No geral, as posições médias dos muito bons católicos movem-se em torno de 6,0 (nas já referidas escalas de dez pontos), os católicos praticantes entre 5,5 e 5,8; os católicos não praticantes em torno de 4,0, os indiferentes entre 3,3 e 3,6 e os ateus entre 3,1 e 2,7¹⁰.

¹⁰ Estes dados provêm do inquérito de 1993 citado *supra*, nota 6. A posição média do eleitorado era de 4,6.

RELIGIOSIDADE E PREFERÊNCIAS ELEITORAIS

Como noutros países europeus, também em Espanha a religiosidade está, obviamente, relacionada com as preferências eleitorais. Trata-se de um factor relevante, mas certamente não determinante. Ainda que o factor religioso tenha mais peso do que outras variáveis sócio-demográficas, ele surge vinculado a elementos tradicionais da decisão eleitoral, como a proximidade partidária, a identificação ideológica ou a valorização dos líderes. No caso espanhol, esta combinação de factores apresenta algumas peculiaridades devido às condições em que teve lugar a transição democrática. Essas peculiaridades impediram que as diferenças religiosas se constituíssem numa das clivagens através das quais os partidos articulam sectores sociais determinados e estabelecem relações duradouras com os seus eleitores, tal como fizeram os democratas-cristãos europeus nos inícios do nosso século ou depois da segunda guerra mundial (Kalyvas, 1996). Ao contrário desses casos, a transição espanhola teve lugar numa sociedade moderna, caracterizada pela relativa fluidez da sua estrutura social, a elevada mobilidade social, a extensão de níveis educativos elevados e a generalização dos meios de comunicação de massas, especialmente da televisão. Depois da extraordinária violência da clivagem religiosa dos anos 30, as novas elites políticas abordaram a mudança política com uma vontade determinada de evitarem a politização de eventuais conflitos com a Igreja e de procurarem soluções pragmáticas para todos os casos. Os partidos da esquerda, particularmente afectados por imagens de anticlericalismo que remontavam aos anos 30, levaram a cabo uma política de moderação nas questões religiosas. Desde os inícios da transição, os efeitos da secularização atenuaram as diferenças religiosas entre sectores sociais, subtraíram intensidade aos conflitos surgidos no período constituinte e dificultaram as possibilidades de intervenção eclesiástica directa no campo político. Além disso, as mudanças sociais ocorridas desde os anos 60 tinham debilitado a capacidade de mobilização da Igreja: a sua presença organizativa na sociedade espanhola era escassa e assim continuou a ser durante as três décadas seguintes. Ainda na esteira do Concílio Vaticano II, a ausência de um *inimigo* a combater (como foi o comunismo na Itália do pós-guerra, por exemplo) e a franca decadência das organizações católicas de laicos contribuem para explicar a ausência de um partido democrata-cristão. Os líderes que se apresentaram sob esse rótulo nas primeiras eleições de 1977 não conseguiram receber o apoio explícito da Igreja e não obtiveram mais do que 1,4% dos votos devido a uma equivocada estratégia eleitoral e a uma campanha cheia de erros. Na verdade, a UCD, o partido que pilotou a transição no governo, converteu-se, até à sua desapareição em 1982, numa «alternativa funcional» à democracia cristã (Linz, 1993, p. 35).

Como se articulou então a incidência da religiosidade na distribuição das preferências eleitorais? O caso espanhol ilustra os argumentos de Kalyvas (1996, pp. 9, 11 e 116) sobre os efeitos das estratégias deliberadas dos líderes

políticos para despolitizar as diferenças religiosas, evitar a construção de identidades políticas sobre as sociais caracterizadas pela religiosidade e, de tácito acordo com a hierarquia eclesiástica, renunciar ao estabelecimento de partidos confessionais; estratégias que foram, além do mais, marcadas por um processo de secularização particularmente intenso. Em Espanha a combinação destes pressupostos com os anteriores cristalizou no declínio político da clivagem religiosa: a correspondência religiosidade-partidos, e religiosidade-voto, foi relativamente elevada no início da transição, mas conheceu desde então uma progressiva redução. Naturalmente, os diferentes grupos religiosos manifestaram preferências específicas pelos partidos e seus líderes e os votantes caracterizaram-se também pela expressão de perfis próprios em termos de religiosidade. Mas aquelas preferências não foram *homogéneas*, nem se mantiveram *estáticas* ao longo do tempo. E estas diferenças não se projectaram de igual modo sobre todos os grupos de votantes, o que permitiu que a religiosidade surgisse como um factor básico de discriminação para alguns partidos, mas não para outros.

Para comprovar estes modelos recolhi no quadro n.º 4 dados de inquéritos pós-eleitorais sobre a incidência das identidades religiosas nos votos aos partidos¹¹ e das sete eleições legislativas realizadas até ao momento selecionei as de 1979, 1982 e 1993, uma vez que são as mais significativas de cada uma das três etapas em que pode dividir-se a ainda curta história eleitoral espanhola (Montero, 1994). De um modo geral, os dados mostram a correspondência entre religiosidade e partidos conservadores, e vice-versa, mas também uma crescente heterogeneidade religiosa nos eleitorados dos partidos. Em 1979, a UCD conseguiu manter os níveis alcançados em 1977, conseguindo em ambas as eleições uma presença muito elevada entre os grupos mais religiosos e considerável entre os menos praticantes. Em 1982, a desintegração da UCD permitiu à coligação AP-PDP *herdar* uma boa parte dos antigos votantes católicos e centristas, mas o PSOE conseguiu duplicar o seu peso entre todos os grupos religiosos. Comparada com a concentração das preferências esquerdistas dos sectores não praticantes e indiferentes, os mais religiosos mostravam uma notável dispersão. Esta heterogeneidade parece ter-se consolidado nas eleições dos anos 90. Apesar da crescente dinâmica bipolar do PSOE e do PP, o voto dos praticantes continuou a caracterizar-se pela sua divisão entre os dois principais partidos. E, se metade dos muito bons católicos votou PP, uma terceira parte votou PSOE; entre os católicos praticantes, o peso dos partidos socialista e conservador revela-se equiparável. Desta forma, o caso espanhol impossibilitava a reprodução do modelo italiano, baseado numa subcultura católica cuja expressão eleitoral ra-

¹¹ O inquérito de 1979 foi realizada pela DATA no mês de Abril a uma amostra nacional representativa de 5439 espanhóis maiores de idade; para mais pormenores, v. Gunther, Sani e Shabad (1986); para os inquéritos de 1982 e 1993, v., respectivamente, notas 8 e 6.

dicara quase exclusivamente nos partidos conservadores. Ao nível dos votantes, a relativamente escassa coesão política dos sectores católicos sublinhava uma vez mais o enfraquecimento da clivagem religiosa. E, ao nível dos partidos, supunha, por sua vez, uma boa prova da capacidade socialista para desenvolver estratégias *catch-all* depois da crise da UCD e das limitações dos conservadores para se fazerem maioritários junto de um eleitorado que, segundo os seus pressupostos, deveria ser-lhe favorável.

Votos nas eleições legislativas de 1979, 1982 e 1993
segundo níveis de religiosidade (a)
(em percentagens horizontais)

[QUADRO N.º 4]

Votos em 1979 (b)	PCE	PSOE	UCD	AP-CD	Abstenção	(n)
Muito bom católico	1	11	51	6	14	(511)
Católico praticante	2	13	42	4	12	(1 737)
Pouco praticante	5	25	31	3	15	(1 217)
Não praticante	10	32	15	1	18	(965)
Indiferente	15	29	7	1	24	(522)
Ateu	23	16	1	–	32	(262)
Votos em 1982 (b)	PCE	PSOE	UCD	AP-PDP	Abstenção	(n)
Muito bom católico	2	29	10	34	21	(333)
Católico praticante	1	33	10	39	13	(1 083)
Pouco praticante	2	57	6	21	11	(1 070)
Não praticante	3	67	2	11	15	(826)
Indiferente	11	66	–	2	20	(455)
Ateu	26	47	–	1	26	(168)
Votos em 1993 (b)	IU	PSOE	CDS	PP	Abstenção	(n)
Muito bom católico	1	31	1	46	8	(80)
Católico praticante	3	34	2	34	8	(377)
Pouco praticante	6	40	2	23	11	(342)
Não praticante	11	36	2	17	12	(348)
Indiferente	17	33	2	10	14	(145)
Ateu	28	24	–	4	20	(50)

(a) Excluiu-se a não-resposta da base das percentagens. As filas podem não totalizar 100 uma vez que não se incluíram outros partidos votados.

(b) UCD (União do Centro Democrático); AP-CD (Centro Democrático, uma coligação dominada pela Aliança Popular); AP-PDP (Aliança Popular-Partido Democrata Popular, uma coligação dominada pela primeira); PP (Partido Popular).

Fontes: Inquéritos DATA, 1979, 1982 e 1993.

O debilitamento da clivagem religiosa que se deduz destas tendências é reafirmado por um indicador complementar, que consiste na composição dos

eleitorados dos principais partidos do ponto de vista religioso. Como pode examinar-se no quadro n.º 5, cada um deles possui uma espécie de *marca* característica, que distingue igualmente os partidos de esquerda dos de direita. Mas é também evidente que essas diferenças se atenuaram com a passagem do tempo. Actualmente, a composição religiosa do PSOE distribui-se em partes quase iguais entre os católicos praticantes e os não muito praticantes, por um lado, e os não praticantes e não crentes, por outro, mas não deixa de ser significativo para um partido social democrata que os primeiros tenham uma certa superioridade sobre os segundos. No caso do PP, quase 8 votantes em cada 10 afirmam-se católicos praticantes ou não muito praticantes. No caso do PSOE, a maior proporção dos seus votantes foi, tradicionalmente, a dos católicos de prática irregular; no do PP, o grupo dos católicos praticantes é duas vezes superior ao dos não muito praticantes e ao dos não crentes. Estas marcas conferem ao PSOE uma atraente similitude com a distribuição religiosa dos Espanhóis. As suas diferenças internas revelam-se mais proporcionadas do que as do PP, cuja metade do seu eleitorado é muito bom católico ou católico praticante, ou do que as do IU, cujos dois terços dos seus votantes se declaram ateus e indiferentes. De forma mais sintética, os índices de religiosidade, recolhidos também no quadro n.º 5¹², expressam a despolarização produzida na composição religiosa dos votantes dos partidos: a intensidade inicial dos perfis religiosos de todos e cada um dos partidos desvaneceu-se. A distância entre os partidos extremos reduziu-se notavelmente: se o PCE apresentava em 1979 um índice de 1,69, em 1993 tinha ascendido (baixando, portanto, o seu conteúdo secular) a 2,08; no outro extremo, o AP/PP desceu (diminuindo, em consequência, o seu conteúdo religioso) de 4,17 em 1979 para 3,32 em 1993. Dessa forma, se o *ratio* entre as posições extremas de comunistas e conservadores era, em 1979, de 2,46, os efeitos da despolarização reduziram-na, em 1993, para 1,59.

Até que ponto é circunstancial ou, pelo contrário, duradoura a perda de relevância da clivagem religiosa? Se aplicássemos ao campo das preferências eleitorais a análise geracional que efectuámos antes relativamente à assistência à igreja, caberia assinalar como hipótese a existência de um *efeito período* na actual composição religiosa dos principais partidos. De acordo com esta hipótese, as atitudes de moderação ideológica dos Espanhóis, as mudanças ocorridas nos seus níveis de religiosidade e na sua correspondente falta de adequação estrita entre religião e voto, poderiam ser simplesmente uma consequência conjuntural do novo contexto de liberdade religiosa e de pluralismo político.

¹² Deve recordar-se que os valores do índice oscilam entre um máximo de 5 e um mínimo de 1; para o seu cálculo, v., *supra*, nota 9. Os índices do eleitorado no seu conjunto eram de 2,94 em 1979, 2,98 em 1982 e 2,82 em 1993 (Montero, 1993, p. 241).

Composição religiosa dos votantes dos partidos, 1979-1993

[QUADRO N.º 51]

	1979				1982				1993		
	PCE	PSOE	UCD	AP	PCE	PSOE	UCD	AP	IU	PSOE	PP
Muito bom católico e católico praticante	13	25	63	63	8	24	64	62	10	32	51
Pouco praticante.	16	26	24	23	13	30	28	26	20	28	25
Não praticante.	16	27	9	10	16	27	7	11	35	27	18
Indiferente e ateu.	61	21	3	3	61	19	1	1	35	13	5
(n)	(357)	(1 135)	(1 563)	(155)	(152)	(2 004)	(232)	(875)	(110)	(479)	(321)
Índices.	1,69	2,59	3,44	4,17	1,69	2,62	3,70	3,72	2,08	2,86	3,32

Fontes: Inquéritos DATA, 1979, 1982 1993.

Mas a passagem do tempo poderia dar lugar a mudanças ao nível dessas atitudes, no sentido de se tornarem cada vez mais religiosas e conservadoras, ao ponto de se assimilarem, nas fases superiores do seu ciclo vital, às características das gerações mais velhas. Isto poderia supor que os eleitores restabelecessem a identificação entre religiosidade e conservadorismo (e o seu contrário nos partidos de esquerda) e que, conseqüentemente, votassem apenas em partidos conservadores: a composição religiosa dos votantes dos partidos manifestaria, assim, diferenças muito mais intensas e a clivagem religiosa recuperaria, de modo definitivo, uma boa parte da sua relevância. Além disso, esta hipótese seria reforçada se as elites políticas abandonassem a sua estratégia de moderação e pragmatismo nos conflitos de natureza religiosa (estratégia essa que remonta aos momentos da transição) e protagonizassem posições mais radicais que os levassem à formulação de identidades religiosas em termos ideológicos, à politização das diferenças religiosas ou à confrontação aberta com a Igreja em matéria de políticas religiosas. Não parece, contudo, que esta hipótese esteja em vias de realizar-se: existem provas empíricas que denegam os efeitos de período nas relações entre religiosidade e voto (e, portanto, o seu carácter meramente circunstancial ou conjuntural) e que sublinham a existência de mudanças geracionais (e, em consequência, a sua estabilidade). Como se recordará, já antes comprovámos a presença de efeitos de coortes na descida da taxa de assistência à igreja ocorrida ao longo dos últimos vinte anos. Uma análise mais demorada das distribuições da religiosidade e dos votos em algumas coortes permitir-nos-á conhecer com maior precisão a intensidade dessas mudanças geracionais. Para tanto comparámos dados de 1994 relativos às duas coortes mais velhas (que agrupam os entrevistados nascidos antes de 1937) e às duas mais jovens (que agrupam os nascidos depois de 1963)¹³. Os resultados são apresentados no

¹³ Utilizei o inquérito do CIS de Junho de 1994 citado *supra*, nota 2. O número de casos das coortes mais velhas era de 848 e o das mais jovens de 399.

quadro n.º 6 e expressam-se em termos do *índice de diferenças das percentagens* (IDP), ou seja, as diferenças em pontos percentuais entre as proporções dos dois grupos de coortes seleccionadas relativamente à variável do voto e a dois indicadores de religiosidade.

Votos, religiosidade e diferenças geracionais, 1994 (a)
(em percentagem)

IQUADRO N.º 61

Partido votado (c)	Autodefinição de religiosidade			Frequência de assistência à igreja		
	Católicos praticantes (b)	Não praticantes	Indiferentes e ateus	Todos os domingos e mais	Uma vez por mês	Nunca
IU	39	- 11	- 21	23	9	- 30
PSOE	31	- 24	- 10	27	7	- 24
PP	44	- 25	- 4	43	- 5	- 16

(a) Os números correspondem aos índices de diferenças de percentagens (IDP) entre as duas coortes mais velhas e as duas mais jovens dentro do eleitorado de cada partido.

(b) Incluem os «muito bons católicos» e os «católicos praticantes».

(c) Partido votado nas eleições legislativas de 1993.

Fontes: Banco de dados do CIS.

Como pode ver-se, os valores dos índices são sistemáticos e suficientemente elevados. Para todos e cada um dos partidos seleccionados, o factor geracional das identidades religiosas parece revestir-se de uma importância decisiva. Por exemplo, entre os votantes do IU 52% dos membros das gerações mais velhas definem-se como católicos praticantes face a apenas 13% das mais jovens; o IPD é, portanto, de 39. Ainda que com menor intensidade, esta relação produz-se também para os votantes do PSOE e, sobretudo, para os do PP. Neste último caso, 73% dos membros das gerações mais velhas definem-se como católicos praticantes, contra apenas 29% dos membros das gerações mais jovens; o IPD é de 44. O factor geracional tem, mesmo assim, uma incidência fundamental no que diz respeito aos católicos não praticantes, ainda que neste caso predominem as gerações mais jovens (e os índices sejam, portanto, negativos). Entre os votantes do PP só 8% dos membros das gerações mais velhas se caracterizam como católicos não praticantes, contra 33% dos membros das gerações mais jovens; o IPD é de -25. O resultado é semelhante quando se utiliza o indicador da assistência à igreja, também apresentado no quadro n.º 6. Em todos os casos, as gerações mais velhas predominam sobre as mais jovens no que diz respeito à assistência à igreja: daí os índices positivos. E as coortes mais jovens superam as mais velhas em matéria de inassistência: os índices são sempre negativos e, do mesmo modo,

elevados. Desta forma, os IDPs revelam-se consistentes para os eleitorados de todos os partidos, visto que as duas gerações mais velhas superam as duas mais jovens nos dois indicadores de religiosidade seleccionados, e o contrário também é certo para aqueles que se consideram católicos não praticantes e declaram nunca irem à igreja. Parece, pois, provável que a clivagem religiosa continue a enfraquecer à medida que as gerações mais velhas abandonem o censo eleitoral e sejam substituídas por outras que conheceram experiências de socialização religiosa muito mais seculares.

Em termos comparativos, os resultados despolarizadores da clivagem religiosa revelam-se igualmente interessantes. Uma análise multivariável de 14 eleições de nove países nas duas últimas décadas revela que em Espanha, apesar de não contar com um partido democrata-cristão, a força da religiosidade como factor de *ancoragem* do voto era, em finais dos anos 70, semelhante à da Itália e superior à da Áustria ou da Alemanha. Nos anos 90, contudo, sofreu uma notável redução: tem uma certa importância apenas para o IU, é escassamente significativa para o PP e carece de importância para o PSOE. A combinação entre as estratégias das elites políticas e os processos secularizadores experimentados pelos Espanhóis teve como consequência o quase desaparecimento da religiosidade como aspecto destacável do comportamento eleitoral dos mesmos (Gunther e Montero, 1994, p. 525)¹⁴. E também não parece provável, por último, que a intervenção das organizações católicas ou da própria Igreja possa modificar a curto prazo esta situação: apenas 3% dos espanhóis afirmam pertencerem a uma organização religiosa. Por outro lado, e apesar das habituais declarações da hierarquia eclesiástica em cada campanha eleitoral sobre o sentido do voto dos católicos, apenas 8% dos eleitores declararam em 1993 que tiveram em conta as recomendações da Igreja na sua tomada de decisão. A debilidade do factor religioso é tão notável que 60% dos espanhóis desconheciam qual o partido favorecido pela Igreja durante a campanha de 1993: apenas 29% indicaram o PP, 8% afirmaram que a Igreja era imparcial e 3% que favorecia os socialistas (Gunther e Montero, 1996, pp. 22-23).

OBSERVAÇÕES FINAIS

Durante os últimos vinte anos, o dado mais relevante do factor religioso consistiu precisamente na sua crescente irrelevância. Isto sublinha, para começar, uma radical descontinuidade histórica com a politização da religião durante a II República, altura em que, há seis décadas, os conflitos religiosos dividiram os Espanhóis em blocos partidários tão opostos quanto irreconcili-

¹⁴ Para outras análises com resultados similares, v. Franklin *et al.* (1992) e Knutsen (1995).

áveis. Apesar da asfixiante imposição do *nacional-catolicismo* durante o longo regime autoritário, o papel da religião parece ter-se alheado definitivamente dos tradicionais confrontos entre clericais e anticlericais, das privilegiadas relações existentes entre a Igreja e os partidos conservadores, de um conflito religioso cuja sobreposição aos restantes problemas sociais ou políticos facilitava o seu agravamento a pontos difíceis de imaginar nos nossos dias. Para apresentar um só exemplo da transcendência desta mudança, bastará assinalar a distância percorrida entre a percepção que os Espanhóis dos anos 30 deviam ter de uma Igreja que abençoou a guerra civil e legitimou o novo Estado franquista e as dificuldades que os Espanhóis tiveram, em 1993, para discernirem as preferências partidárias da Igreja por ocasião das eleições legislativas: de acordo com os dados de um inquérito pós-eleitoral¹⁵, apenas 29% dos entrevistados declararam que a Igreja tinha favorecido o PP (e 3% apontaram o PSOE), enquanto nada menos de 59% não respondiam à pergunta.

O processo de secularização vivido pela sociedade espanhola está por detrás de uma parte destas mudanças. Este fenómeno, para além de reduzir o número dos católicos praticantes e de esbater os sentimentos de pertença religiosa de todos os outros, limitou a capacidade de influência da Igreja e dificultou a criação de vínculos organizativos entre os partidos e as associações religiosas. É certo que, apesar de tudo, subsistem situações de desacordos potenciais e polarizadores, mas acabam por ser canalizadas por dirigentes partidários e sociais que estão de acordo com a despolíticação dos conflitos religiosos. Durante o período da transição, os temas das relações entre a Igreja e o Estado, da legalização do divórcio e do tratamento constitucional da educação foram abordados pelas elites políticas e eclesiásticas com o determinado propósito de evitar confrontos. Por parte das elites políticas, mediante os mecanismos consensuais na redação da Constituição, a sua negativa explícita à construção de partidos confessionais e a estratégia de moderação no tratamento das suas divergências com a hierarquia eclesiástica. E, por parte desta, mediante a sua desidentificação com o regime franquista, o apoio ao processo democratizador, a utilização de uma linguagem moderada na defesa dos direitos da Igreja e, fazendo da necessidade virtude, o desentendimento das intenções eleitorais dos líderes demo-cristãos.

Depois, o aparecimento de novas tensões foi acompanhado por atitudes de desigual moderação nos seus delineamentos. Mas a evolução do eleitorado diminuiu as possibilidades de expansão do conflito entre os partidos. É certo que a religiosidade manifestava uma notável associação com as orientações ideológicas e que a religiosidade e a ideologia se encaminhavam para preferências eleitorais relativamente homogéneas. Depois das eleições de 1982, contudo, as mudanças na composição religiosa dos partidos contribuíram decisivamente para amortecer os conflitos que chegavam, por fim, à

arena política. Além disso, os perfis religiosos dos partidos foram-se desvanecendo um pouco à medida que diminuía o impacto da religiosidade sobre o voto. Um primeiro resultado dessas mudanças assenta na maior heterogeneidade dos apoios eleitorais dos grupos religiosos. E uma segunda consequência obriga os partidos a compatibilizarem a procura procedente dos núcleos básicos dos seus votantes com a oferta dirigida a todos os cidadãos, independentemente do seu nível de religiosidade. Juntamente com a diminuição dos sentimentos religiosos e o declínio institucional da Igreja, a política espanhola apresenta, assim, rasgos estruturais historicamente inauditos: a tendência para a despolarização dos conflitos com que periodicamente se enfrentam os sectores políticos e religiosos, a crescente improbabilidade de confrontações partidárias e eleitorais graves por motivos religiosos, uma competição entre partidos que premeia aqueles que procuram conciliar todos os sectores religiosos e evitam a mobilização de alguns deles contra os restantes.

Durante os últimos anos dos governos do PSOE, alguns sectores da hierarquia eclesiástica introduziram elementos específicos neste panorama. Os seus diagnósticos enfatizaram as componentes do *neopaganismo* dos Espanhóis apontado por João Paulo II em 1991, atribuíram propósitos descristianizadores aos meios de comunicação públicos, denunciaram as campanhas anticlericais e anticonfessionais do PSOE, criticaram supostas estratégias anti-religiosas nas políticas educativas e vincularam estreitas concepções pejorativas de laicismo e secularismo às actividades dos governos socialistas (Díaz-Salazar, 1994). As definições da situação efectuadas pela hierarquia eclesiástica mostravam doses variáveis de desconcerto, irritação e hostilidade (González Blasco *et al.*, 1994). E, se as manifestações de hostilidade se dirigiam principalmente contra os poderes públicos socialistas, já substituídos desde a Primavera de 1996 por um governo do PP, as reacções de desconcerto e irritação parecem reflectir o mal-estar da hierarquia perante a escassa aceitação das suas propostas sobre os limites da modernização social, o pluralismo ideológico e a competência política. Um aspecto fundamental desse mal-estar radica no desajuste apreciável entre os critérios eclesiásticos para a actuação dos católicos na vida pública e os comportamentos efectivos de muitos católicos no momento, por exemplo, de exercerem o seu direito de voto. Trata-se de uma das consequências surgidas tanto do êxito das elites políticas na despolarização das diferenças religiosas como do próprio processo de secularização, que conferiu aos católicos espanhóis uma autonomia individual muito maior do que supõem os porta-vozes da hierarquia eclesiástica. E trata-se igualmente de uma consequência que questiona os pressupostos daqueles que procuram canalizar exclusivamente para os partidos conservadores o voto de *todo* o eleitorado católico. Por razões semelhantes, também não foram mais acertadas as estratégias de alguns líderes conser-

vadores quando confundiram o facto de que os seus partidos contam com um eleitorado esmagadoramente católico com o desejo de que uma esmagadora maioria dos católicos tenha de votar necessariamente nos seus partidos. Mas trata-se de uma situação que já não parece poder reverter-se. Depois de longos períodos de conflitos religiosos resolvidos *a cristazo limpio*, como costumava descrevê-los José Bergamín (1974, p. 274) na II República, o comportamento eleitoral dos novos espanhóis (católicos ou não) caracterizou-se ao longo dos últimos vinte anos, e também sob o ponto de vista religioso, por doses historicamente desconhecidas de moderação, tolerância e pluralismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGAMÍN, José (1974), *Cruz y Raya – Antología*, Madrid, Turner.
- BOTTI, Alfonso (1992), *Cielo y Dinero. El Nacionalcatolicismo en España (1881-1977)*, Madrid, Alianza.
- DE MIGUEL, Amando (1996), *La Sociedad Española, 1995-96. Informe Sociológico de la Universidad Complutense*, Madrid, Editorial Complutense.
- DÍAZ-SALAZAR, Rafael (1994), «Ciências y prácticas religiosas», in *Tendências Sociais en España (1960-1990)*, Salustiano del Campo (ed.), 2.ª ed., Madrid, Fundación BBV.
- DÍAZ-SALAZAR, Rafael, e GINER, Salvador (eds.) (1993), *Religión y Sociedad en España*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- ENRIQUE Y TARANCÓN, Vicente (1996), *Confesiones*, Madrid, PPC.
- ESTER, Peter, HALMAN, Loek, e DE MOOR, Ruud (1993), «Value shift in western societies», in *The Individualizing Society. Value Change in Europe and North America*, P. Ester, L. Halman e R. de Moor (eds.), Tilburg, Tilburg University Press.
- FRANKLIN, Mark N., et al. (1992), *Electoral Change. Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GONZÁLEZ BLASCO, Pedro, e GONZÁLEZ-ANLEO, Juan (1992), *Religión y Sociedad en la España de los 90*, Madrid, Fundación Santa Maria.
- GONZÁLEZ BLASCO, Pedro, et al. (1994), «Religión», in *Informe Sociológico sobre la Situación Social en España*, Miguel Juárez (ed.), Madrid, Fundación FOESSA.
- GUNTHER, Richard (1992), «Spain: The very model of the modern elite settlement», in *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*, John Higley e R. Gunther (eds.), Cambridge, Cambridge University Press.
- GUNTHER, Richard, SANI, Giacomo, e SHABAD, Goldie (1986), *Spain after Franco. The Making of a Competitive Party System*, Berkeley, University of California Press.
- GUNTHER, Richard, e MONTERO, José Ramón (1994), «Los anclajes del partidismo: un análisis comparado del comportamiento electoral en cuatro democracias del Sur de Europa», in *Comportamiento Político y Electoral*, Pilar del Castillo (ed.), Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- GUNTHER, Richard, e MONTERO, José Ramón (1996), «Spain», comunicação apresentada na conferência internacional sobre *Comparative national election project*, Madrid.
- HAYES, Bernardette C. (1995), «The impact of religious identification on political attitudes: an international comparison», in *Sociology of Religion*, n.º 56.
- INGLEHART, Ronald (1991), *El Cambio Cultural en las Sociedades Industriales Avanzadas*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI.
- JAGODZINSKI, Wolfgang, e DOBBLELEARE, Karel (1995a), «Secularization and church religiosity», in *The Impact of Values*, Jan W. van Deth e Elinor Scarbrough (eds.), Oxford, Oxford University Press.

- JAGODZINSKI, Wolfgang, e DOBBLEARE, Karel (1995b), «Religious and ethical pluralism», in *The Impact of Values*, Jan W. van Deth e Elinor Scarbrough (eds.), Oxford, Oxford University Press.
- KALYVAS, Stathis N. (1996), *The Rise of Christian Democracy in Europe*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press.
- KNUTSEN, Oddbjorn (1995), «Party choice», in *The Impact of Values*, Jan W. van Deth e Elinor Scarbrough (eds.), Oxford, Oxford University Press.
- LINZ, Juan J. (1978), «From great hopes to civil war: the breakdown of democracy in Spain», in *The Breakdown of Democratic Regimes: Europe*, Juan J. Linz e Alfred Stepan (eds.), Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- LINZ, Juan J. (1993), «Religión y política en España», in *Religión y Sociedad en España*, Rafael Díaz-Salazar e Salvador Giner (eds.), Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- LINZ, Juan J., e MONTERO, José Ramón (eds.) (1986), *Crisis y Cambio: Electores y Partidos en la España de los Años Ochenta*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales.
- MCDONOUGH, Peter, BARNES, Samuel H., e PINA, António López (1984), «Authority and association: Spanish democracy in comparative perspective», in *Journal of Politics*, n.º 46.
- MONTERO, José Ramón (1977), *La CEDA: el Catolicismo Social y Político en la II República*, Madrid, Ediciones de la Revista de Trabajo.
- MONTERO, José Ramón (1988), «Las derechas en el sistema de partidos del segundo bienio republicano: algunos datos introductorios», in *La II República Española. Bienio Rectificador y Frente Popular, 1934-1936*, José L. García-Delgado (ed.), Madrid, Siglo XXI.
- MONTERO, José Ramón (1993), «Las dimensiones de la secularización: religiosidad y preferencias políticas en España», in *Religión y Sociedad en España*, Rafael Díaz-Salazar e Salvador Giner (eds.), Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- MONTERO, José Ramón (1994), «Sobre las preferencias electorales en España: fragmentación y polarización (1976-1993)», in *Comportamiento Político y Electoral*, Pilar del Castillo (ed.), Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- MONTERO, José Ramón, e TORCAL, Mariano (1992), «Política y cambio cultural en España: una nota sobre la dimensión posmaterialista», in *Revista Internacional de Sociología*, n.º 1.
- MORÁN, María Luz, e CRUZ, Pepa (1989), *Problemas Sociales: Actitudes y Opiniones de los Españoles ante la Natalidad, el Aborto y la Eutanasia*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- ORIZO, Francisco A. (1996), *Sistema de Valores en la España de los Años 90*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI.
- SANI, Giacomo (1981), «Partiti e atteggiamenti di massa in Spagna e Italia», in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, n.º 11.
- SANI, Giacomo, e SARTORI, Giovanni (1983), «Polarization, fragmentation and competition in western democracies», in *Western European Party Systems. Continuity and Change*, Hans Daalder e Peter Mair (eds.), Londres, Sage.
- SARTORI, Giovanni (1976), *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- STOETZEL, Jean (1982), *Qué Pensamos los Europeus?*, Madrid, Mapfe.
- TORCAL, Mariano (1995), *Actitudes Políticas y Participación en España. Pautas de Cambio y Continuidad*, tese de doutoramento, Universidade Autónoma de Madrid.
- TSCHANNEM, Oscar (1991), «The secularization paradigm: a systematization», in *Journal for the Scientific Study of Religion*, n.º 30.